

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
Instituto de Ciências Humanas  
Curso de Bacharelado em Museologia



## Monografia

Os Objetos dos Museus da Universidade Federal de Pelotas: diagnóstico  
de uma matriz conceitual para uma política de acervo

Pelotas, julho 2014

Isabela da Silva Mazzini

Os Objetos dos Museus da Universidade Federal de Pelotas: diagnóstico  
de uma matriz conceitual para uma política de acervo

Monografia apresentada ao Curso  
de Bacharelado em Museologia da  
Universidade Federal de Pelotas,  
como requisito parcial à obtenção do  
título de Bacharel em Museologia.

**ORIENTADORA:** Prof<sup>a</sup>.Dra. Francisca Ferreira  
Michelon

**Banca examinadora:**

Prof<sup>a</sup>. Dnda. Noris Mara Pacheco Martins Leal

**Pelotas, julho 2014**

## **Agradecimentos**

Agradeço ao meu pai, que onde estiver eu sei que partiu sentindo orgulho de mim, por eu estar buscando meus sonhos, nos despedimos em paz e com nossos desajustes resolvidos, por isso a ele dedico esse trabalho e a ele gostaria de dizer, que sim, eu guardo boas recordações e que talvez tenhamos nos desajustado tanto pela vida a fora por sermos grandes sonhadores, sonhadores de épocas opostas, sonhadores de outros sonhos, mas sonhadores, um pai e uma filha inevitavelmente parecidos e por sermos sonhadores muitas vezes fomos incompreendidos. E como resposta a sua última pergunta, sim, és e sempre serás meu pai e aqui deixo o meu agradecimento e meu amor.

A minha mãe que sempre foi a pessoa que mais sonhou e incentivou a minha caminhada, a ela também agradeço e dedico o meu trabalho, se não fosse por ela nada seria possível, ela sempre será a minha base e a pessoa pela qual busco realizar meus sonhos, sonhos que são nossos. Nunca esquecendo a nossa frase “Te amo do tamanho do mundo e muito mais.”.

Ao meu padrasto que entrou na minha vida somente há dez anos, no entanto é como se nos conhecêssemos a vida inteira, a ele agradeço imensamente todas as oportunidades que me ofereceu e toda confiança depositada. A ele deixo todo meu respeito, agradecimento e amor. Merci.

Obrigada a minha família, minha vó Mimi, e meus avós que já partiram, David, Zaira e vô Galego. Agradeço as minhas tias Patrícia, Adriane, Sandra e Maria de Lourdes, meus irmãos Carol, Gugu e Rita, meus sobrinhos Júlia, Laura e Pedro. Meus primos Carol, Daniela, Gabriel, Carolzinha, João, Matheus, Isadora, Gustavo e João Victor que é como meu filho, amo vocês!

Muitas foram às dificuldades e os dramas para a conclusão deste trabalho e quatro pessoas foram imprescindíveis para que ele se concretizasse, gostaria de dizer que sem vocês eu não teria feito nada, nada mesmo. Júnior,

Heron, Matheus e Noris muito obrigada por não me permitirem desistir, além de me ajudarem em todas as minhas crises.

Gostaria de agradecer a minha orientadora prof. Francisca e a todos os professores do curso de Museologia, gostaria de citar um a um, mas deixo aqui expresso o meu imenso agradecimento a todos de forma geral e gostaria de dizer, como sempre repito aos colegas que estão iniciando, o nosso curso é uma grande família.

Meu agradecimento às instituições pesquisadas, obrigada por fornecerem subsídios para minha pesquisa.

Gostaria também de agradecer aos meus colegas e olha que tive vários, passei por várias turmas e conheci amigos. Entre os amigos, conheci aqueles que levarei para vida e isso também devo ao curso que além de todos os ensinamentos me permitiu conhecer irmãos, irmãos de alma. Alguns concluíram o curso outros tomaram outros rumos e com todo meu amor dedico e agradeço a Mércia, Denise, Fátima, Lauro e Heron.

Aos meus colegas de projeto, 'docetes' e ao grupo dos 'cozinhas', vocês fizeram e fazem os meus dias mais felizes: Jossana, Carol, Rochele, Rafael, Sheila, Thainã, Alice e Ana. Obrigada.

Aos meus amigos de fora da museologia, gostaria de pedir desculpas, desculpas pelas ausências, esse ano andei me ausentado mais do que o normal, foi preciso, mas sei que vocês me entenderão e que vibrarão comigo. Obrigada a Luciana Lourenço, Luciana Ramos, Rafael Carús, Rodrigo Oliveira, Bruno Behling, Juliana Morosino, Germanna Lopes, Fernanda Mattos, Aline Anflor e Carolina Souto podem ter certeza vocês fazem parte disso.

*“Il y a toujours quelque chose d'absent qui me tourmente.”*

*Camille Claudel*

## RESUMO

**MAZZINI, Isabela.** Os Objetos dos Museus da Universidade Federal de Pelotas: diagnóstico de uma matriz conceitual para uma política de acervo. 2014. 57 p. Monografia Bacharelado em Museologia – Universidade Federal de Pelotas.

O presente trabalho teve o propósito de analisar como ocorre a aquisição e o tratamento dos acervos, nos museus da Universidade Federal de Pelotas, e se neles há ou está prevista uma política de aquisição. A partir de uma reflexão estudou as possibilidades de uma proposta, no que tange à aquisição, gestão e descarte dos acervos dos museus da Universidade. Para a realização do trabalho e sua conclusão, foi possível averiguar os regimentos internos dos cinco museus da Universidade - Museu de Arqueologia e Antropologia da UFPel, Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, Museu do Doce, Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter e Museu da UFPel – Acessibilidade e Conhecimento para todos - e também foi realizado um questionário com os responsáveis das instituições.

**Palavras-chave:** Museus universitários; gestão; documentação; política de acervos.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Foto da fachada do Museu de Artes Leopoldo Gotuzzo. Fonte: autor. ....	23
Figura 2: Foto da fachada do Museu do Doce da Universidade Federal de Pelotas. Fonte: arquivo adm. Museu do Doce.....	26
Figura 3 e 4: Foto de aves taxidermizadas, acervo do Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter. Fonte: autor.....	31
Figura 5: Foto da fachada do Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter. Fonte: autor.....	32

## Sumário

INTRODUÇÃO.....	09
1. MATRIZ CONCEITUAL	
1.1. Gestão.....	13
1.2. Documentação.....	14
1.3. Política de Acervos.....	15
2. MUSEUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS: DIAGNÓSTICOS E PROPOSTAS	
2.1. Museu de Arqueologia e Antropologia da UFPel.....	20
2.2. Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo.....	22
2.3. Museu do Doce .....	25
2.4. Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter.....	30
2.5. Museu da UFPel – Acessibilidade e Conhecimento para todos.....	35
2.6. Diagnóstico dos Museus da Universidade Federal de Pelotas.....	39
2.7. Proposta para a Política de Acervos do Museus da UFPel.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
FONTES PRIMÁRIAS.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50
ANEXOS.....	52
APÊNDICES.....	53



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema a reflexão sobre o tratamento a ser dado aos objetos dos museus da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), sendo eles: Museu de Arqueologia e Antropologia da UFPel, Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, Museu do Doce da UFPel, Museu de História Natural Carlos Ritter e Museu da UFPel – Acessibilidade e Conhecimento para todos.

Vale destacar que até a criação do curso de Museologia da UFPel, na Universidade, existiam apenas dois museus – Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo e Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter – os outros três surgiram depois, visto que o curso de Museologia iniciou suas atividades no ano de 2006.

Museu de Arqueologia e Antropologia da UFPel<sup>1</sup> está em implementação e sendo pensado de forma multidisciplinar. Como missão apresenta “o fomento à pesquisa, à sistematização, divulgação e incentivo do interesse público acerca do patrimônio arqueológico e antropológico, considerando, sobretudo, sítios, registros e acervos que testemunham a presença ameríndia, a escravidão, e seus efeitos sociais na região de Pelotas.”.

Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG) foi inaugurado no dia 7 de novembro de 1986. Seu nome se deve ao fato de que seu acervo original surgiu por meio de uma doação realizada pelo pintor, artista plástico e desenhista Leopoldo Gotuzzo, a escola de Belas Artes D. Carmen Trapága

---

<sup>1</sup> Programa Implantação do Museu de Arqueologia e Antropologia da UFPel. EDITAL PARA SELEÇÃO DE BOLSISTAS DE EXTENSÃO E CULTURA PROEXT 2014. Disponível no sítio da Universidade Federal de Pelotas: <http://ccs2.ufpel.edu.br/wp/wpcontent/uploads/2014/04/Edital-para-selecao-de-bolsista-MUSEU-ARQUEOLOGICO.pdf>. [Consultado em 16/06/2014].

Simões, na década de 50, escola que foi incorporada a UFPel em 1969, ano de sua fundação. (ROCHA, 2010, p. 26)<sup>2</sup>

Museu do Doce<sup>3</sup> localizado no casarão nº 8 da Praça Coronel Pedro Osório, no centro histórico da cidade de Pelotas, tem por missão salvaguardar os saberes e fazeres da tradição doceira de pelotas e região, bem como, a pesquisa e comunicação desse patrimônio.

Museu de História Natural Carlos Ritter<sup>4</sup> (MCNCR) originado a partir de coleções do Sr. Carlos Ritter naturalista autodidata (1851-1926) que como entomólogo confeccionou mosaicos feitos totalmente de insetos retratando pontos turísticos da cidade de Pelotas e dedicado à história natural como excelente taxidermista acumulou uma fabulosa coleção de aves que após sua morte foram doados, por sua esposa, a Escola de Agronomia. Além das coleções do Sr. Carlos Ritter, o museu conta com o acervo que pertenceu ao Sr. Ceslau Maria Biezanko (1895-1985) pesquisador e entomólogo internacionalmente conhecido.

O Museu da UFPel<sup>5</sup> – Acessibilidade e Conhecimento para todos, criado pela Portaria n. 1.327 de 06 de setembro de 2011, passou a se chamar a partir deste regimento Museu da Universidade Federal de Pelotas e tem por missão salvaguardar o acervo histórico tecnológico, científico e cultural da Universidade.

A partir de uma reflexão, sobre os cinco museus, analisaremos as possibilidades para proposição de uma política de acervos, no que tange à aquisição, gestão e descarte dos acervos dos museus da Universidade. Com base em documentos como a missão expressa em seus regimentos, bem como, através de questionários<sup>6</sup> que foram aplicados junto aos responsáveis das instituições.

---

<sup>2</sup> Monografia de Maria Consuelo Sinotti da Rocha apresentada à Coordenação do Curso de Especialização em Patrimônio Cultural-Conservação de Artefatos da Universidade Federal de Pelotas, 2010.

<sup>3</sup> Regimento Interno do Museu do Doce da Universidade Federal de Pelotas, 2011.

<sup>4</sup> <http://www2.ufpel.edu.br/ib/mhncr/historico.htm>, [consultado em 16-06-2014].

<sup>5</sup> Regimento Interno do Museu da Universidade Federal de Pelotas, 2011.

<sup>6</sup> Questionário utilizado está no anexo 1 e foi elaborado pela professora Nôris Mara Pacheco Leal - Seção de Museus, Acervos e Patrimônio Imaterial - NPC – PREC.

Segundo Fernanda Moro (1986), “o acervo constitui-se na primeira responsabilidade de um museu, pois é através de sua aquisição, interpretação e dinamização que ele se comunica, desenvolvendo sua proposta cultural.” (MORO, 1986, p.17)

Neste sentido, o trabalho divide-se em dois capítulos, o primeiro aborda um estudo referente à gestão e documentação como elementos que devem constar em uma proposta de política de acervos. O segundo contempla dados sobre cada instituição, diagnósticos e propostas para os museus da Universidade visando lançar uma contribuição no que tange a “forma de orientar a gestão museológica de maneira a tornar o museu menos vulnerável a ingerências políticas e administrativas”. (BOTTALLO, 2010, p. 53)

Dentre as motivações, que colaboraram para a escolha do tema deste trabalho, estão às sugestões da minha orientadora Francisca Michelon que o propôs e eu aceitei visto que era um assunto onde eu poderia estudar e pesquisar áreas, as quais sempre me interessaram durante a graduação, bem como, além disso, cooperar com as instituições da Universidade onde estudo.

De acordo com José Neves Bittencourt (2005) “Temos uma obrigação: interpretar os acervos, em suas características materiais e de sentido. Temos de interpretar a instituição; temos de produzir políticas e estratégias.”. (BITTENCOURT, 2005, p. 39)

Pensando a respeito disso, na Universidade Federal de Pelotas foi criado o Núcleo de Patrimônio Cultural, em setembro do ano de 2013, como órgão da Pró-Reitoria de Planejamento. No ano de 2014 passou a ser uma divisão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura tendo como missão “planejar e executar a política institucional para salvaguarda do patrimônio cultural da Universidade, bem como ações em prol da conservação, documentação, guarda e divulgação deste patrimônio.”<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Folder de divulgação da 12ª Semana de Museus, Semana de Museus da UFPel, divulgado em maio de 2014.

Sendo uma das atribuições do núcleo “propor e desenvolver as políticas de gestão dos Museus, dos Acervos e do Patrimônio Imaterial da UFPel de acordo com as determinações da Coordenação do Núcleo de patrimônio Cultural e em concordância com as normas vigentes na Universidade e com a Legislação Federal;”<sup>8</sup>.

Assim, ao refletir sobre a condição dos objetos nos acervos dos museus da UFPel, entende-se que este trabalho possa contribuir com as ações do Núcleo de Patrimônio Cultural, recém fundado nesta Instituição, sobretudo no que diz respeito aos critérios que norteiam as políticas de acervo. Leva-se em consideração que uma boa política de acervo não apenas reflete maturidade de conhecimento sobre gestão de instituições museológicas, mas induz a instituição a fazer melhores escolhas, planejamentos mais adequados e a ter metas mais claras. Portanto, debater e analisar o âmbito desta política consiste em fornecer aos gestores dos museus dados e elementos para nortear suas decisões.

---

<sup>8</sup> Op. cit. Folder de divulgação da 12ª Semana de Museus, Semana de Museus da UFPel, divulgado em maio de 2014.

## 1. MATRIZ CONCEITUAL

No sentido de explicitar a matriz conceitual para abordagem do tema de política de acervos foram selecionados três tópicos que serão explicados a seguir, iniciando por gestão e posteriormente documentação e política de acervo.

### 1.1 Gestão

Para introduzir gestão se torna importante começar por elucidar o que consta no Estatuto dos Museus <sup>9</sup> a respeito do que é museu:

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.

Partindo da concepção do que é museu, podemos refletir sobre o que o autor Gary Edson (2004) afirma sobre a existência de instituições museológicas, para ele “A maioria dos museus existe para benefício público, e para ter êxito, todos os aspectos das suas operações devem refletir essa obrigação e compromisso.”. Visto que qualquer instituição que funcione para o

---

<sup>9</sup>Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm) [consultado em 02-06-2014]

público deve ser gerida com responsabilidade, o autor salienta que com os museus essa responsabilidade aumenta, já que eles são guardiães do patrimônio cultural, natural e científico de um povo, região ou nação. (EDSON, 2004, p. 154)

E como salienta Ladkin (2004) da mesma forma que a gestão do museu é o eixo central para a organização de cada instituição, a gestão de acervos é de suma importância para o desenvolvimento, organização e preservação dos objetos que o museu guarda. Segundo Ladkin, a gestão de acervos compreende o conjunto de procedimentos éticos, legais, teóricos e práticos através dos quais as coleções de museus ou outras instituições de salvaguarda são “formadas, organizadas, recolhidas, interpretadas e preservadas”. (LADKIN, Nicola, 2004, p. 26)

Tendo em vista a importância da gestão de museus no que concerne ao museu como um todo, passaremos a falar a respeito da documentação, outro ponto chave para chegarmos ao nosso foco, à política de acervos.

## **1.2 Documentação**

A respeito de documentação a autora Marilúcia Bottallo (2010) afirma que “A documentação museológica tem como particularidade reconhecer os acervos museológicos, independentemente de sua natureza, como suportes de informação.” Para que compreendamos melhor, os objetos ao deixarem de ter sua utilidade cotidiana para se tornarem documento, acervo de um museu, automaticamente necessitam estar documentados para que dentro da instituição cumpram o seu papel de gerador de informação. Dado que um objeto sem informação tem pouca ou nenhuma utilidade, já que não há como ser estudado. (BOTTALLO, 2010, p. 51)

No Código de Ética do ICOM consta que:

O museu deve estabelecer e aplicar normas para garantir que seu acervo (tanto permanente quanto temporário) e as

informações associadas sejam devidamente registrados, estejam disponíveis para uso corrente e possam ser repassados para as gerações futuras nas melhores condições possíveis, considerando o conhecimento e recursos contemporâneos disponíveis.

E ainda no mesmo documento:

As coleções dos museus devem ser documentadas de acordo com padrões profissionais. Esta catalogação deve incluir uma identificação e descrição completa de cada item, seu contexto, procedência, estado de conservação, tratamento e localização atual. Estes registros devem ser mantidos em ambiente seguro e estar apoiados por sistemas de recuperação que permitam o acesso aos dados por funcionários e outros usuários habilitados. (Código de Ética para Museus do ICOM, 2004)

Assim, todas as informações contidas na documentação estabelecem a relação do objeto com os outros objetos da coleção, bem como com a própria instituição.

Como destaca Heloísa Barbuy (2008, p. 36), o objetivo final do museu a princípio pode não ser um sistema de informações acessível, porém a organização desse sistema, ou seja, a documentação é essencial a todo trabalho que se queira desenvolver com acervos museológicos.

De acordo com o art. 39, do Estatuto dos Museus, Lei Federal 11 904, “É obrigação dos museus manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários.”.

Segundo Bottallo (2010, p. 52) são questões primordiais da documentação museológica:

A identificação do acervo museológico para fins culturais, acadêmicos, históricos etc., incluindo a produção de conhecimento sobre e a partir do mesmo;

A quantificação do acervo sob tutela das instituições museológicas para fins administrativos e jurídicos.

Além das questões levantadas por Bottallo, é importante enfatizar como destacam as museólogas Angélica Fabbri e Cecília Machado (2010, p. 27) que:

Não há como desenvolver nenhum trabalho nos museus se a documentação do acervo e sua pesquisa não estiverem atualizadas e consolidadas, pois delas emanam as linhas programáticas, intercâmbios, dentre outras possíveis frentes de atuação do museu. São elas também que podem assegurar o estabelecimento de uma política de acervo que determinará o que ingressar nos referidos acervos e quais critérios serão seguidos em caso de descarte.

Feitas as considerações a respeito da importância da documentação, nas instituições museológicas, enfatizando que sem ela torna-se impossível qualquer tipo de trabalho em pesquisa dentro das instituições, dissertaremos sobre política de acervos, prática que vem sendo discutida recentemente, tendo em vista a data da lei Federal 11.904 que é do ano de 2009.

### **1.3 Política de Acervo**

Segundo o art. 38, do Estatuto dos Museus, Lei Federal 11 904<sup>10</sup>, “os museus deverão formular, aprovar ou, quando cabível, propor, para aprovação da entidade de que dependa, uma política de aquisições e descartes de bens culturais, atualizada periodicamente.” E ainda, “Parágrafo único. Os museus vinculados ao poder público darão publicidade aos termos de descartes a serem efetuados pela instituição, por meio de publicação no respectivo Diário Oficial.”.

Também consta que:

---

<sup>10</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm) [consultado em 02-06-2014]



O estudo e a pesquisa nortearão a política de aquisições e descartes, a identificação e caracterização dos bens culturais incorporados ou incorporáveis e as atividades com fins de documentação, de conservação, de interpretação e exposição e de educação.

De acordo com ICOM<sup>11</sup>, a Política de Aquisição cabe à direção de cada museu que por sua vez “deve instituir e utilizar normas que se refiram à aquisição, preservação e uso das coleções. As normas devem esclarecer a situação dos objetos que não serão registrados, conservados ou expostos.”.

Para Fernanda Moro (1986, p.17) aquisição é todo e qualquer ato de adquirir acervo para um museu ou similar, podendo ser realizado através de coleta de campo, compra, permuta, doação, legado e o que a autora chama de forma singular de aquisição, que são os depósitos permanentes e os empréstimos.

A partir dessas definições pode-se compreender que para um museu se torna importante possuir uma política que sistematize suas aquisições em consonância com a sua missão, bem como que essa política não contemple só a forma de obtenção de suas coleções, mas também, quando necessário, algum descarte, visto que no histórico de nossas instituições podemos observar que ainda há instituições que coletam indiscriminadamente, como complementa Moro (1986, p. 18) “Muitos museus são constituídos através de uma grande doação de peças que no conjunto podem ou não definir sua proposta.”.

Conforme Moro (1986, p. 20) para proposta de uma eficiente estrutura de política de aquisição devem constar os seguintes critérios gerais:

- a peça deve ter um bom potencial para pesquisa e estudo;
- a peça deve ser de interesse para exposição e estudo dentro da filosofia e proposta do museu, visto como um todo dentro de uma óptica interdisciplinar em desenvolvimento;

---

<sup>11</sup> Código de Ética para Museus do ICOM, 2004.

-a peça deve ser significativa, em função de sua própria representação: isto é, um bom representante de sua classe, ou um fator de complementação, seja quanto à extensão, ou preenchimento de lacuna;

-a peça deve ser analisada, levando em consideração o ponto de vista estético e/ou histórico, e/ou arqueológico, e/ou etnográfico, e/ou científico, e sua importância social, seu simbolismo, sua raridade, seu potencial;

-mesmo quando observado um conjunto de peças, cada uma delas não deve deixar de ser analisada individualmente equacionada dentro de um sistema de prioridades;

- a peça deve ser estudada e analisada também em conjunto com as demais peças do acervo já existente, equacionando-a, portanto, a este.

Quando se fala em política de acervos, outro fator importante, e que também é enfatizado por Moro (1986, p. 20), é a criação de uma comissão de acervo designada, geralmente, pelo diretor do museu. Cabendo a essa comissão a responsabilidade sobre todo e qualquer procedimento relativo aos acervos da instituição desde que seja elaborada uma política que deve ser aprovada pela direção do museu e baseada em um sistema presente no regimento interno da instituição. Sendo esta comissão responsável por fiscalizar a validade da documentação, visto que o museu deve ter a cautela de não obter objetos que tenham sido roubados ou desviados de forma ilegal. (MORO 1986, p. 21)

É importante destacar, conforme declara Bottalo (2010, p. 53), que uma boa gestão de acervos sempre será subordinada a uma política de gestão institucional, por isso no início deste capítulo iniciamos discorrendo a respeito de gestão, segundo a autora, essa gestão institucional deverá ditar como lidar com os sistemas de ações museológicas junto a todos os setores que compõem a instituição. A mesma autora, também, salienta que a política de gestão de acervos além de elucidar como devem ser tratadas as coleções em seus variados usos, como por exemplo, estudo, exposições e empréstimos, ela deve estabelecer uma política de aquisição que deve estar em consonância com a

tipologia da instituição. E esta mesma política deve prever possíveis descartes que venham a contribuir para que o museu cumpra sua missão.

Outro ponto destacado por Bottallo (2010, p. 54) é que nessa política de gestão haja a preocupação de dispor as coleções para os públicos interno e externo, ancorando-se nos princípios dos órgãos de orientação e regulamentação como o Código de ética – ICOM e a legislação profissional aplicada pelo Conselho Federal de Museologia – COFEM e os conselhos regionais – COREMs. Visando assim, qualificar não só seus profissionais como seu público sobre o significado de Patrimônio Cultural, o que acaba por contribuir e auxiliar na conservação dos acervos.

Realizadas as reflexões acerca da importância e dos benefícios de uma política de acervos passaremos ao segundo capítulo desse trabalho onde serão apresentados e analisados os museus da Universidade Federal de Pelotas.

## 2. MUSEUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS: DIAGNÓSTICOS E PROPOSTAS

“A ação transformadora dos museus começa pela reflexão nova que eles fazem sobre si mesmos” (RÚSSIO, 1989)

Neste capítulo serão descritos e analisados, no que tange a gestão de seus acervos, os cinco museus da Universidade Federal de Pelotas, bem como, nos itens 2.6 e 2.7, há um diagnóstico referente a eles e uma breve proposta.

### 2.1 Museu de Arqueologia e Antropologia da UFPel

O Museu Arqueológico e Antropológico da UFPel (MUARAN)<sup>12</sup> está vinculado a dois laboratórios arqueológicos do ICH<sup>13</sup>, o LÂMINA<sup>14</sup> e o LEPAARQ<sup>15</sup>. Segundo o Prof. Pedro Sanches, responsável por um dos laboratórios (LÂMINA), são estes dois laboratórios que possuem a salvaguarda dos acervos arqueológicos da UFPel, existe uma proposta<sup>16</sup> para mudar isso, no entanto depende das obras na Laneira<sup>17</sup>.

---

<sup>12</sup> Informações obtidas através do questionário (anexo 01) enviado ao Prof. Dr. Pedro Sanches, Departamento de Museologia, Conservação e Restauro (DMCOR), Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), Museu Arqueológico e Antropológico da UFPel; Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica (LÂMINA), aplicado pelo autor.

<sup>13</sup> Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas.

<sup>14</sup> Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica.

<sup>15</sup> Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia.

<sup>16</sup> “reagrupar os acervos hoje dispersos num só espaço planejado, equipado e provido de corpo técnico próprio e capacitado para conservar todos os acervos arqueológicos da UFPel. Esta reserva técnica unificada, entretanto, terá regulamentação própria e um coordenador específico. Só poderá iniciar seu funcionamento quando as obras de restauro e adequação da Laneira estiverem finalizadas.” Palavras do Prof. Pedro Sanches, em resposta ao questionário aplicado para fins dessa pesquisa.

<sup>17</sup> Projeto “Reciclagem e Requalificação do Patrimônio Industrial da extinta Fábrica Laneira Brasileira Sociedade Anônima: Casa dos Museus”. O projeto da Casa dos Museus foi apresentado pela professora Celina Britto Correa, orientadora do estudo. A unidade será sediada no prédio da Laneira e prevê a formação de alunos de graduação e pós-graduação fundada no compromisso social, com atividades contínuas e cotidianas de convívio com a comunidade, resultando na qualificação do bairro Fragata. <http://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2014/01/09/livro-projeto-patrimonio-cultural-sao-lancados-nesta-sexta-10/> [consultado em 24-06-2014]

De acordo com o Prof. Pedro Sanches<sup>18</sup>, o museu ainda não existe de fato, o que existe é um projeto de implementação, que foi cadastrado em setembro de 2008, com portaria de nº759, reconhecendo a comissão de implementação em 18 de maio de 2009.

O Programa de Implantação do Museu de Arqueologia e Antropologia tem como missão institucional o “fomento à pesquisa, à sistematização, divulgação e incentivo do interesse público acerca do patrimônio arqueológico e antropológico, considerando, sobretudo, sítios, registros e acervos que testemunham a presença ameríndia, a escravidão, e seus efeitos sociais na região de Pelotas<sup>19</sup>”.

O projeto teve início no ano de 2008, com colaboração de arqueólogos, docentes, técnicos e alunos da Universidade Federal de Pelotas, inseridos nas áreas de Museologia, Conservação e Restauro, Antropologia, Arqueologia e História visando “planejar ações e espaços, gestão de acervos, e relações com outros museus e instituições de memória<sup>20</sup>”. De acordo com o edital de seleção do Programa de Implantação do Museu de Arqueologia e Antropologia/UFPel<sup>21</sup>, o programa envolve três projetos: Planejamento e Implantação do Museu de Arqueologia e Antropologia da UFPel, Gestão dos Acervos Arqueológicos da Região de Pelotas, e Conservação de materiais arqueológicos.

Os primeiros anos de trabalho foram dedicados à orientação dos projetos de obras emergenciais e de restauro, à pesquisa acadêmica e ao levantamento de materiais e temas de interesse. Restará aos próximos anos, aproximar o Museu de

---

<sup>18</sup> Op. Cit. Informações obtidas através do questionário (anexo 01) enviado ao Prof. Dr. Pedro Sanches.

<sup>19</sup> Programa Implantação do Museu de Arqueologia e Antropologia da UFPel. EDITAL PARA SELEÇÃO DE BOLSISTAS DE EXTENSÃO E CULTURA PROEXT 2014. Disponível no sítio da Universidade Federal de Pelotas: <http://ccs2.ufpel.edu.br/wp/wp-content/uploads/2014/04/Edital-para-selecao-de-bolsista-MUSEU-ARQUEOLOGICO.pdf>. [Consultado em 16/06/2014].

<sup>20</sup> SANCHES, Pedro Luís M. D., *et al.* A CRIAÇÃO COMPARTILHADA DO FUTURO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA DE PELOTAS: apontamentos preliminares. Congreso Extensión y Sociedad 2013, eje 11: “Patrimonio: Co-construcción y gestión desde una perspectiva integral, p.1”.

<sup>21</sup> Op. cit. Programa Implantação do Museu de Arqueologia e Antropologia da UFPel.

seus objetivos, promovendo ações antes mesmo de abrir as portas, e ainda propor alternativas para a gestão do patrimônio arqueológico local<sup>22</sup>.

Neste sentido foram levantadas informações e dados através de artigos, trabalhos de conclusão de curso e comunicações em eventos, referentes à Implantação do Museu de Arqueologia e Antropologia da UFPel, que serve de suporte para reflexões sobre o andamento do processo museológico referido.

Assim, destacamos a intenção clara nos textos analisados de fomentar a contribuição para a qualificação da gestão dos acervos arqueológicos, já que o Programa prevê ações para a preservação das coleções da UFPel, ao qual se vincula e de abertura do campo arqueológico da região de Pelotas. Em relação à política e gestão de acervos são apresentados pontos de documentos imprescindíveis e norteadores das práticas relativas aos acervos e coleções<sup>23</sup>.

## **2.2 Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG)**

O Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG)<sup>24</sup> existe desde o ano de 1986, sendo inaugurado no dia 7 de novembro. Desde sua criação teve como sede três lugares, de 1986 a 1991, na Rua Marechal Deodoro, 673, depois se mudou para o endereço na Rua Félix da Cunha nº 611 e atualmente tem sede na Rua General Osório, 725 (figura 1), todos os endereços localizados na cidade de Pelotas<sup>25</sup>.

Como espaço físico o museu possui: reserva técnica, sala do Patrono para exposição permanente das obras de Leopoldo Gotuzzo (Patrono do museu), Galeria Marina de Moraes Pires para exposições de longa duração,

---

<sup>22</sup> Op. cit, SANCHES, Pedro Luís M. D., *et al.*

<sup>23</sup> Acervos e coleções que atualmente estão sob os cuidados dos dois laboratórios, LÂMINA e LEPAARQ, disponíveis para uso do MUARAN em exposições e demais ações;

<sup>24</sup> No decorrer do texto será utilizada a sigla do museu, MALG.

<sup>25</sup> ROCHA, Maria Consuelo Sinotti. Monografia "MUSEU DE ARTE LEOPOLDO GOTUZZO: contribuição e integração com o ensino de Arte através de seu setor Educacional". Pelotas/RS, 2010.

Galeria Luciana Araújo Renck Reis para exposições temporárias e sala para mostras didáticas de atividades relacionadas ao Museu<sup>26</sup>.



**Figura 1: Fachada do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo. Fonte: Autor.**

Inicialmente, o MALG era vinculado a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, a partir do ano de 1992 passou a incorporar-se ao Instituto de Letras e Artes e atualmente está ligado ao Instituto de Artes e Design, todos da UFPel<sup>27</sup>.

A respeito de suas coleções podemos dizer que elas estão divididas em:

-Coleção Gotuzzo, formada de doação feita à Escola de Belas Artes, em 1955, e a última doação feita por cláusula testamentária do artista em 1983. Durante a existência do museu este acervo foi aumentando gradualmente através de doações e hoje conta com 135 obras do artista.

---

<sup>26</sup> Regimento do MALG, não nos foi informada a data de sua elaboração, no entanto, a chefe da instituição, Juliane Angeli, nos informou que ele ainda está em fase de desenvolvimento.

<sup>27</sup> Op. cit. ROCHA, Maria Consuelo Sinotti.

- Coleção Trápaga Simões, doada a Escola de Belas Artes por Bethilda Trápaga e Carmem Simões, são obras de artistas europeus do final do século XIX e início do século XX;
- Coleção João Gomes de Mello, crítico de arte no Rio de Janeiro falecido em 1970;
- Coleção (Ex) Antigos Alunos, que abriga obras dos alunos da Escola de Belas Artes;
- Coleção Século XX e Coleção Século XXI que são formadas por doações de artistas locais ou que tenham exposto na galeria do Museu, datadas nos referidos séculos<sup>28</sup>.

A respeito da missão do MALG, encontramos em seu regimento, que a sua missão é a de:

zelar pela preservação e conservação de seu acervo artístico e documental, assim como divulgá-lo amplamente, através de projetos curatoriais, expográficos e virtuais. Cabe ao MALG garantir a integridade física do acervo de obras de Leopoldo Gotuzzo, patrono do museu, e promover a pesquisa e a produção crítica e intelectual a respeito de sua contribuição para a história da arte brasileira. O MALG também tem responsabilidade de desenvolver projetos educativos que ampliem o acesso da população brasileira aos bens artísticos e culturais produzidos no passado e na atualidade. Exposições temporárias de obras pertencentes a outras coleções, incluindo a produção artística contemporânea, deverão ser realizadas no MALG em conjunto com os profissionais em atuação no Centro de Artes da UFPEL, ou através de projetos de cooperações interinstitucionais<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> LACERDA, Claudia Fontoura. História da conservação e restauro: estudo sobre o restauro das obras de Leopoldo Gotuzzo na década de 80 em Pelotas, RS, 2013. 102 fs. Monografia (graduação) Curso de Bacharelado em Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis. Universidade Federal de Pelotas.

<sup>29</sup> Regimento do MALG, não nos foi informada a data de sua elaboração, no entanto, a chefe da instituição, Juliane Angeli, nos informou que ele ainda está em fase de desenvolvimento.



Vale ressaltar que o regimento está subordinado ao Regimento Geral da UFPel, ao Regimento do Centro de Artes e segue os princípios previstos na Lei Federal 11.904<sup>30</sup> e no decreto 8.124<sup>31</sup>.

Como equipe de trabalho o museu conta com uma chefe Profa. Me. Juliana Corrêa Hermes Angeli (Docente, formação Artes Visuais), um sub-chefe Prof. Dr. Lauer Alves Nunes dos Santos (Docente, formação Artes Visuais), um secretário Sérgio Costa (Assistente Administrativo, formação Biologia e Gestão Pública), um responsável pela reserva técnica Denoir de Oliveira (Desenhista), no setor de documentação e arquivo Roberta Trierweiler (Assistente Administrativo – formação História e Sociologia), no setor didático-pedagógico Consuelo Sinotti Rocha (Recreacionista), no setor de conservação e restauro Fábio Galli (Técnico em Restauro – Formação Conservação e Restauro), o museu também possui funcionários terceirizados, quatro funcionários para vigilância, cinco agentes de portaria e uma funcionária para o setor de limpeza.

Outros dados pesquisados referentes à instituição serão analisados no subcapítulo 2.6.

### **2.3 Museu do Doce**

Segundo o Regimento Interno<sup>32</sup>:

O Museu do Doce da Universidade Federal de Pelotas criado pela portaria nº 1930 de 30 de dezembro de 2011, com sede e foro no município de Pelotas e endereço à Praça Coronel Pedro Osório, nº. 8, é órgão suplementar vinculado ao Instituto de Ciências Humanas desta Universidade, configurando-se como instituição pública e sem fins lucrativos.

---

<sup>30</sup> Lei Federal 11.904, de 14 de janeiro de 2009, [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm) [consultado em 02-06-2014]

<sup>31</sup> Decreto n 8.124, de 17 de outubro de 2013, [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm) [acessado em 01-07-2014]

<sup>32</sup> Regimento Interno do Museu do Doce da Universidade Federal de Pelotas, 2011.

O Museu<sup>33</sup> está situado no centro histórico da cidade em um conjunto arquitetônico tombado no ano de 1977 pelo Instituto Federal de Patrimônio Artístico e Histórico Nacional – IPHAN. A casa (figura 2) foi construída no ano de 1878, pelo arquiteto italiano José Izella Merotti, e pertencia ao Conselheiro Francisco Antunes Maciel, Barão de Cacequi. No período de 1950 a 1970 a casa abrigou o Quartel General da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada de Pelotas e depois alguns órgãos públicos da prefeitura até ser comprada pela Universidade no ano de 2006.



**Figura 2: Fachada e logo do Museu do Doce da Universidade Federal de Pelotas.**  
Fonte: arquivo adm. Museu do Doce.

A ideia de um museu sobre o doce pelotense surgiu a partir do anseio da comunidade doceira, e também devido à necessidade de existir um espaço cultural representativo dessa tradição. Tradição que possui respaldo histórico, visto que a história da cidade de Pelotas é marcada pela influência dos bons

---

<sup>33</sup> Projeto expográfico: do Sal ao Açúcar, um doce olhar sobre Pelotas.

costumes do Velho Mundo culminando na tradição dos doces finos produzidos nos casarões, seguido dos doces coloniais e posteriormente a industrialização.

A missão do museu<sup>34</sup> é a de “salvaguardar os saberes e fazeres da tradição doceira de Pelotas e região, bem como, a pesquisa e comunicação desse patrimônio”. Dentre os seus objetivos consta o de “elaborar e aplicar uma política de gestão de acervo” além de “contribuir, nas formas para as quais tiver competência, com os demais museus e acervos existentes na Universidade;”.

A respeito do acervo, consta em seu regimento que:

O acervo do museu deve ser constituído de peças que sejam relacionadas com a história da tradição doceira de Pelotas e região, sejam elas históricas, documentais, bibliográficas, impressas e todo objeto/representação que tenha relação simbólica com a tradição doceira da região. (Regimento Interno do Museu do Doce da Universidade Federal de Pelotas, 2011)

O art. 32º, do regimento interno do museu, decreta que todo o acervo deverá ser constituído mediante doações, legados, permuta e empréstimos. Sendo assim, o art. 33º defende que a incorporação deste acervo deve acontecer:

- I. Medidas que assegure o efetivo direito de posse ou de propriedades tais como, certificado de doação, testamentos documentação de empréstimo;
- II. As doações a serem realizadas serão aceitas mediante aprovação da equipe técnica do museu e da comissão de acervo, que poderá identificar o objeto e suas características, podendo não aceita-las nas coleções, se não estiverem no escopo da tipologia do acervo. Sua entrada no acervo do museu está condicionada ao processo de controle, quantitativo e estado de conservação;

---

<sup>34</sup> Regimento Interno do Museu do Doce da Universidade Federal de Pelotas, 2011.

III. Nenhuma peça pode ser incorporada ao acervo quando a incorporação implique a aceitação de condições que não atendem os objetivos do museu e a sua preservação. Ao doador não compete determinar cláusulas para doação a não ser o compromisso de preservá-la e conservá-la.

IV. O empréstimo do acervo é desejável, independente da especialização da instituição a ser favorecida, deverão ser definidas, as responsabilidades de conservação, tempo de uso do bem histórico e data de devolução, tudo após o parecer técnico de profissional de museu do doce da Universidade Federal de Pelotas;

V. O perfil do acervo estará definido de acordo com a política de aquisição do acervo. Este documento estabelece os procedimentos para aquisição, e ordena as coleções não de acordo com o gosto, raridade, preço ou personalidade, mas a partir da missão do museu, com critérios científicos ou necessidades a partir do que deveria ter e não do que já possui;

VI. O acervo deverá, ao dar entrada no museu, ser examinado, etiquetado, numerado, fotografado, acondicionado e documentado.<sup>35</sup>

O regimento interno do museu, também, determina que exista uma comissão de acervos e estipula que essa seja um colegiado que tenha como função orientar e fiscalizar a política de gestão de acervos e deve ser formada pelo diretor do museu, por um membro da associação das doceiras de Pelotas, por um museólogo e por um conservador da Universidade a convite do diretor, por dois pesquisadores da comunidade acadêmica, coordenadores de projetos relacionados ao acervo do museu e cadastrados na PRPPG indicados pelo Conselho Assessor e por um membro da Associação de Amigos do Museu do Doce. (Regimento Interno do Museu do Doce da Universidade Federal de Pelotas, 2011)

---

<sup>35</sup> Regimento Interno do Museu do Doce da Universidade Federal de Pelotas, 2011.

Uma das questões levantadas no questionário (anexo 1), aplicado na instituição, foi se no museu já existe uma política de aquisição escrita e o que pudemos analisar é que ainda não há, porém nos foi informado que no plano museológico, que está em fase de desenvolvimento, está previsto uma política de aquisição, assim como no regimento interno, como citado antes.

A respeito de como será constituído o acervo podemos constatar, através do questionário<sup>36</sup>, que a preocupação da instituição é de adquirir objetos relacionados com a temática do museu e esse processo vem acontecendo através de doações e empréstimos, um trabalho que foi iniciado no final do ano de 2013. E como se trata de uma instituição que visa trabalhar com patrimônio imaterial, temática do museu, o acervo está sendo composto por histórias de vida, fotografias, relatos de experiências, receitas dos fazeres doces, notícias de jornal e por todo e qualquer material ligado a esta tradição doceira.

Sobre a documentação, segundo o museólogo da instituição Matheus Cruz, ela ainda está em fase de organização, no entanto todas as ferramentas já foram produzidas antes do acervo chegar, faltando apenas um banco de dados. O Museu possui: documentos de aquisição, inventário, ficha de entrada, fichas de identificação e documentação de empréstimo.

Tendo em vista os aspectos levantados por Moro (1986) sobre o que deve constar em uma eficiente política de acervos, podemos constatar que mesmo o Museu do Doce não possuindo ainda uma comissão e uma política de acervos por escrito, ele a possui prevista em seu regimento, e vem incorporando apenas o que contribui com a sua temática. Sendo assim, não ocorrerão problemas futuros, no sentido de a instituição salvaguardar objetos em excesso e que não correspondam à missão expressa em seu regimento.

---

<sup>36</sup> Questionário realizado no dia 16 de junho de 2014, pela autora.

## 2.4 Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter

O Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter (MCNCR)<sup>37</sup>, criado no ano de 1970<sup>38</sup>, leva esse nome por conta de ter se originado através da doação de coleções particulares do Sr. Carlos Ritter (1851-1926), após sua morte, sua esposa doou à Escola de Agronomia sua coleção particular de espécimes zoológicos. O Sr. Carlos Ritter era um naturalista autodidata e importante industrialista da Pelotas do século XIX, em 1870 ele fundou a Cervejaria Ritter & Irmão. Em meio a sua obra, Ritter confeccionou mosaicos de insetos que retratam pontos turísticos de Pelotas, e esses quadros entomológicos<sup>39</sup> encontram-se preservados e expostos no museu. Além da entomologia, Ritter também se dedicou a ornitologia<sup>40</sup>, demonstrando ser um ótimo taxidermista<sup>41</sup>, acumulando uma grande coleção de aves (figuras 3 e 4), segundo o site do museu<sup>42</sup>, a maior coleção do Rio Grande Sul.

---

<sup>37</sup> No decorrer do texto será utilizada a sigla do museu MCNCR.

<sup>38</sup> Informação obtida, através do questionário (anexo 1) respondido pelo funcionário administrativo do MCNCR, Sr. Derly Pavulack.

<sup>39</sup> Parte da Zoologia que estuda os insetos. "**entomologia**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/entomologia> [consultado em 20-06-2014].

<sup>40</sup> Parte da Zoologia relativa às aves "**ornitologia**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/ornitologia> [consultado em 20-06-2014].

<sup>41</sup> Arte de empalhar animais. "**taxidermia**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/taxidermia> [consultado em 20-06-2014].

<sup>42</sup> <http://www2.ufpel.edu.br/ib/mhncr/historico.htm> [consultado em 20-06-2014]



**Figuras 3 e 4 : Aves taxidermizadas por Carlos Ritter. Fonte: Autor.**

Grande parte do acervo do MCNCR, como já citado antes, faz parte das coleções de Carlos Ritter, mas outro naturalista importante na constituição do atual acervo foi o prof. Ceslau Maria Biezanko (1895-1985), também naturalista, ele foi pesquisador e entomólogo internacionalmente conhecido. Sua coleção é composta por inúmeros periódicos publicados em vários idiomas e a coleção de invertebrados é considerada uma das mais importantes da instituição.

Vale ressaltar que nem todo o acervo do MCNCR encontra-se na sede do Museu, algumas coleções estão em laboratórios de professores da Universidade. Todas as coleções do MCNCR estão nomeadas e descritas em um livro organizado pelo professor José Eduardo Figueiredo Dornelles<sup>43</sup>. Obtivemos acesso a 3ª edição deste livro que leva o título de “Acervo do Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter”, nele constam descritas as seguintes

<sup>43</sup> Professor da UFPel, biólogo, doutor em ciências pela UFRGS e professor associado III de zoologia, ilustração científica e paleontologia, onde também atua em pesquisas na área da museologia, zoologia e paleontologia de vertebrados.



coleções: o acervo ornitológico<sup>44</sup>, acervo herpetológico<sup>45</sup>, acervo mastozoológico<sup>46</sup>, acervo malacológico<sup>47</sup>, acervo paleontológico<sup>48</sup>, acervo aracnológico<sup>49</sup> e acervo entomológico<sup>50</sup>.

A atual sede do MCNCR está localizada na Rua Barão de Santa Tecla 576, na cidade de Pelotas, (figura 5) e o museu está aberto à visitação de segunda a sexta das 9h às 17h.



Figura 5: Fachada da atual sede do MCNCR. Fonte: Autor.

<sup>44</sup> Parte da Zoologia relativa às aves. "**ornitologia**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/DLPO/ornitologia> [consultado em 28-06-2014].

<sup>45</sup> Parte da zoologia que estuda os r pteis "**herpetologia**", in Dicionário Priberam Língua Portuguesa [em linha], 2008 2013, <http://www.priberam.pt/DLPO/herpetologia> [consultado em 28-06-2014].

<sup>46</sup> Ramo da zoologia que estuda os mamíferos. "**mastozologia**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/DLPO/mastozologia> [consultado em 28-06-2014].

<sup>47</sup> Parte da Zoologia que trata dos animais de corpo mole (moluscos). "**malacologia**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/DLPO/malacologia> [consultado em 28-06-2014].

<sup>48</sup> Ciência dos fósseis. "**paleontologia**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/DLPO/paleontologia> [consultado em 28-06-2014].

<sup>49</sup> Parte da Entomologia que trata dos .ar cnidos "**aracnologia**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/DLPO/aracnologia> [consultado em 28-06-2014].

<sup>50</sup> Parte da Zoologia que estuda os .insetos. = .INSETOLOGIA "**entomologia**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/DLPO/entomologia> [consultado em 28-06-2014].



O museu é órgão suplementar do Instituto de Biologia, da Universidade Federal de Pelotas, desde 26 de novembro de 1991, de acordo com a decisão do Conselho Universitário. (Regimento do Órgão Suplementar Museu de Ciências Naturais “Carlos Ritter”, 2005)

No Regimento do MCNCR<sup>51</sup>, constam como objetivos<sup>52</sup> básicos:

- I- Restaurar, conservar, coletar, preparar, pesquisar, catalogar e exibir para fins de divulgação científica, os materiais relacionados com as Ciências Naturais;
- II- Oferecer oportunidade de pesquisa na área de Ciências Naturais;
- III- Manter convênio através de colaboração e intercâmbio com entidades afins;
- IV- Preparar, identificar, catalogar e conservar o acervo e o material que o museu recebe através de coletas, doações, compras ou permutas;
- V- Captar recursos para a pesquisa científica junto a órgãos competentes;
- VI- Elaborar trabalhos de caráter técnico e científico na área de Ciências Naturais;
- VII- Manter serviços de atendimento e informação dirigidos à comunidade esclarecendo e orientando quanto à importância das Ciências Naturais e da necessidade de preservação do meio ambiente;
- VIII- Planejar, organizar e realizar atividades como:
  - a. Encontros, simpósios, palestras, cursos, entre outros, com auxílio de profissionais da área, bem como de outras entidades congêneres.
  - b. Elaborar programas de visitação destinados a estudantes e profissionais dos distintos níveis da educação brasileira e a comunidade em geral, com

---

<sup>51</sup> Regimento do Órgão Suplementar Museu de Ciências Naturais “Carlos Ritter”, 2005.

<sup>52</sup> O documento, ‘Regimento do Órgão Suplementar Museu de Ciências Naturais “Carlos Ritter”, 2005’, não expressa a missão da instituição, apenas objetivos.

participação de professores e acadêmicos da UFPel.

- IX- Oferecer estágio ou pesquisa disponibilizando o acervo a pessoas interessadas na área de Ciências Naturais, segundo normativa própria.
- X- Criar e manter o acervo bibliográfico relacionado ao Museu de Ciências Naturais.

O art. 12º, do Regimento, trata da constituição do acervo declarando que esta se dará através de doações, coleta de material realizada diretamente pelo museu, ou por parcerias com outras instituições e aquisições e permutas. Os art. 13º e 14º tratam da utilização do acervo especificando que estas ocorreram de acordo com os objetivos do museu, tendo como responsáveis o diretor do Museu e os curadores e será realizada nas dependências do museu e no setor competente da curadoria, exceto em casos de empréstimo a entidades de caráter didático-científico.

A respeito de empréstimos, no Regimento, consta que estes deverão ocorrer por tempo determinado e formalizados através de documentos assinados pelo Diretor do Museu e pelas entidades beneficiadas e as peças não poderão ser emprestadas a pessoas físicas, incluindo dirigentes e servidores do museu, salvo a pesquisadores credenciados por Instituições idôneas e acompanhados de projetos que especifiquem a utilização do material para desenvolvimento da ciência. (Cap. IV, §1º e §2º, Regimento do Órgão Suplementar Museu de Ciências Naturais “Carlos Ritter”, 2005)

O Art. 15º, do Regimento, declara que o acervo do MCNCR está distribuído em três categorias, deliberadas desta forma de acordo com o setor de curadoria, sendo elas: material didático, material exclusivo para exposições e material científico. (Regimento do Órgão Suplementar Museu de Ciências Naturais “Carlos Ritter”, 2005)

Ainda consta no capítulo sobre acervos, que o MCNCR não poderá se desfazer de objetos do seu acervo, salvo através de permutas com outras instituições de caráter científico. E as permutas só ocorrerão quando o Museu possuir mais de um exemplar da mesma peça e seguindo a seguintes determinações:

§ 1º A permuta será formalizada através de documentos apropriados e dependerá de aprovação do Conselho Técnico-Científico.

§ 2º As peças pertencentes à “Coleção Carlos Ritter” não poderão ser emprestadas nem permutadas.

§ 3º Não será permitida a realização de permuta com pessoas físicas, exceto em casos especiais com autorização prévia do Conselho Técnico-científico do Museu e de sua Direção. (Cap. IV, Art. 16º, Regimento do Órgão Suplementar Museu de Ciências Naturais “Carlos Ritter”, 2005)

As informações obtidas através do questionário<sup>53</sup> (anexo 01), no MCNCR, foram respondidas pelo funcionário técnico administrativo Sr. Derly Pavulack, que nos informou que o Museu não possui uma política de acervo e está sempre aberto a receber doações buscando saber a origem dos objetos, mas deixou claro que na instituição não há nenhum documento que especifique o que o Museu pode receber e incorporar ao acervo.

Com relação ao número total de objetos, nos foi informado que o acervo do Museu é formado na maior parte por insetos e conta com aproximadamente 7 mil objetos. Não há documentação de todos esses objetos, apenas uma relação da coleção “Carlos Ritter” que é a única que possui número de registro e alguns objetos inventariados.

---

<sup>53</sup> Questionário realizado no dia 18 de junho de 2014, pela autora.

## **2.5 - Museu da UFPel – Acessibilidade e Conhecimento para todos**

O museu da Universidade Federal de Pelotas foi criado no dia 06 de setembro de 2011. No ato de sua criação foi redigido um regimento e o museu conta com um acervo que já começou a ser documentado. Mesmo ainda não sendo uma instituição aberta ao público trata-se de um processo museológico já que possui várias ações prévias neste sentido.

Tendo como base o seu Regimento Interno (2011), o Museu da Universidade Federal de Pelotas – Acessibilidade e Conhecimento para todos, passa a se chamar apenas Museu da Universidade Federal de Pelotas. Criado pela portaria nº 1327 de 6 de setembro de 2011, sediado na Avenida Duque de Caxias 104, Bairro Fragata, município de Pelotas, ele é órgão suplementar vinculado ao Instituto de Ciências Humanas da UFPel e rege-se pelo Regimento Geral da Universidade, por este regimento e pela legislação vigente.

Em relação à missão do museu, o regimento do Museu da Universidade Federal de Pelotas salienta que:

**Art. 2º** - O Museu da Universidade Federal de Pelotas tem por missão salvaguardar o acervo histórico tecnológico, científico e cultural desta Universidade, promovendo em contínua interação com a comunidade acadêmica, o conhecimento sobre os métodos e processos da formação científica, tecnológica, humanística e artística ao longo do tempo, a memória desta instituição universitária, a inclusão social e cultural e a plena integração com a sociedade, sendo capaz de motivar circunstâncias e inovações para que todos os públicos o frequentem e possam interagir com o conhecimento gerado na academia. (Regimento Interno do Museu da Universidade Federal de Pelotas, 2011)

Dentre os objetivos expressos em seu Regimento Interno destacamos os que estão relacionados ao acervo da instituição, dentre eles:

- I. Adquirir, guardar, conservar, documentar e disponibilizar ao público acervos materiais (tridimensionais e bidimensionais) e imateriais (depoimentos e similares) referentes à memória das unidades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade, bem como à cidade de Pelotas, por ser este o contexto no qual surgiu a Instituição;
  - II. desenvolver pesquisa sobre os seus acervos, contemplando as áreas de conhecimento relacionadas a esses;
  - III. propor linha editorial e gerar produtos dentro desta, de natureza técnico-científicas e didática, a partir dos acervos, programas, projetos e exposições;
  - IV. realizar eventos voltados à divulgação dos conhecimentos produzidos no âmbito da Universidade e relacionados com os seus acervos do Museu;
  - V. elaborar e aplicar uma política de segurança para os acervos e para todas as pessoas que trabalhem ou visitem o Museu;
  - VI. elaborar e aplicar uma política de gestão de acervo;
  - VII. contribuir, nas formas para as quais tiver competência, com os demais museus e acervos existentes na Universidade.
- (Art. 3, Regimento Interno do Museu da Universidade Federal de Pelotas, 2011)

Está previsto no Regimento Interno do Museu da UFPel (2011), uma comissão de acervos, que terá a função de orientar e fiscalizar a política de gestão do acervo do Museu e será constituída pelo Diretor do Museu, vice-diretor do Museu, por um museólogo e um conservador da Universidade, por dois pesquisadores da comunidade acadêmica, coordenadores de projetos de pesquisas relacionados com o acervo do Museu e devidamente cadastrados na PRPPG indicados pelo conselho Assessor e por convidados que o Diretor julgar necessário. (Seção V, Art. 27º, Regimento Interno do Museu da Universidade Federal de Pelotas, 2011)

A Comissão de Acervo ainda tem com atribuições:

- I - normatizar os procedimentos básicos relativos à gestão dos acervos;
- II - fiscalizar a validade da documentação no processo de aquisição de bens científico-culturais;
- III- revisar a política de aquisição de bens científico-culturais e as normas relativas à gestão de acervo a cada cinco anos, para possíveis adequações, submetendo-o à apreciação e aprovação do Conselho Assessor;
- V - após analisar as justificativas apresentadas pelo respectivo curador, emitir parecer sobre:
  - a) aquisição de bens científico-culturais em todas as suas modalidades, exceto casos relacionados a projetos de pesquisa já aprovado pelo museu;
  - b) solicitação de empréstimo;
  - c) permuta;
  - d) doação;
  - e) descarte;
  - f) baixa de registro.
  - g) solicitar ou realizar adaptações necessárias para acessibilidade ao acervo. (Seção V, Art. 28º, Regimento Interno do Museu da Universidade Federal de Pelotas, 2011)

No questionário (anexo 01), que na presente instituição foi respondido pela prof. Francisca Michelin, foi possível constatar que o museu não está implantado, pois depende da execução do Projeto de Reciclagem<sup>54</sup> do prédio da extinta Laneira<sup>55</sup>. Seu regimento segue como exemplo o regimento do

---

<sup>54</sup> Projeto “Reciclagem e Requalificação do Patrimônio Industrial da extinta Fábrica Laneira Brasileira Sociedade Anônima: Casa dos Museus”. O projeto da Casa dos Museus foi apresentado pela professora Celina Britto Correa, orientadora do estudo. A unidade será sediada no prédio da Laneira e prevê a formação de alunos de graduação e pós-graduação fundada no compromisso social, com atividades contínuas e cotidianas de convívio com a comunidade, resultando na qualificação do bairro Fragata. <http://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2014/01/09/livro-projeto-patrimonio-cultural-sao-lancados-nesta-sexta-10/> [consultado em 24-06-2014]

<sup>55</sup> O prédio onde terá sede o museu pertencia à antiga indústria Laneira Brasileira S.A., indústria que funcionou por mais de cinquenta anos com a comercialização de lã. Após sete anos de seu fechamento, a universidade adquiriu o prédio, em 2010, com a intenção de abrigar novas instalações da universidade. **O Museu do Saber e do Fazer: Arte e ciência em ações**

Museu da UFRGS, no entanto para sua execução foram consultados vários outros, sempre de museus universitários. E vale destacar que o Museu já possui acervo, em torno de quinhentas peças.

## **2.6 – Diagnóstico dos Museus da Universidade Federal de Pelotas**

Este subcapítulo tem como objetivo apresentar informações referentes à gestão dos acervos da UFPel, através de um diagnóstico dos seus Museus. O diagnóstico teve como base a coleta de dados realizada através de questionários estruturados<sup>56</sup>, aplicados junto aos responsáveis das instituições investigadas.

Sendo assim, a análise buscou a visualização do contexto da gestão de acervos no âmbito da UFPel, justificado pelo vínculo com a instituição e a necessidade de uma discussão sobre a proposta de um diagnóstico baseado em uma matriz conceitual para uma política de acervo. Neste sentido, buscando contemplar uma política institucional que abranja os museus pesquisados e colaborando no sentido de adequar tais instituições a realidade museológica, incluindo uma visão mais ampla da preservação do patrimônio.

Em relação aos museus estudados, cabe salientar que o Museu da UFPel está em processo de implementação, ou seja, existe legalmente dentro da estrutura universitária, possui projetos de extensão e pesquisa, atua na perspectiva da ação educativa e salvaguarda acervos, pressupostos que o tornam uma entidade museológica. O MUARAN<sup>57</sup> que também está em processo de implementação, mas que, no entanto, ainda não salvaguarda seu acervo que se encontra distribuído entre dois laboratórios da Universidade. O Museu do Doce segue a mesma linha dos dois citados acima, no entanto

---

**educativas do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo**, Universidade Federal de Pelotas/ orgs. Francisca Ferreira Michelin, Douver Michelin, Chanaísa Melo. –Pelotas: Ed. Da Universidade Federal de Pelotas, 2012.

<sup>56</sup> Tabela com dados da pesquisa, apêndice 1.

<sup>57</sup> Sigla do Museu de Arqueologia e Antropologia da UFPel.

diferencia-se, pois está implementado e aberto ao público, só não está com a com sua exposição funcionando. A respeito dos outros dois, MCNCR e MALG<sup>58</sup>, já consolidados, são abertos ao público, apresentam exposições permanentes e estão diretamente ligados as unidades da UFPel, respectivamente, do Instituto de Biologia e Centro de Artes.

Tomando por base o regimento interno<sup>59</sup>, das instituições, que tem por objetivo regulamentar seu funcionamento. Com a presente análise conseguimos perceber que, neste sentido, os Museus da Universidade possuem o documento e estes trazem em seu conteúdo informações importantes sobre a regulação das atividades institucionais, porém em níveis diferenciados de aprofundamento no campo da museologia e seus preceitos.

No item relacionado à missão constata-se que apenas o MCNCR e o MALG não possuem uma missão definida, sendo esta subentendida através do regimento interno, documento, que traz os objetivos da instituição. Bem como, ocorre com o MUARAN que terá seu regimento interno lançado após a entrega desta pesquisa, no entanto em resposta ao questionário (anexo 1), obtivemos a seguinte resposta:

O futuro museu tem como missão institucional o fomento à pesquisa arqueológica e antropológica, a sistematização, divulgação e incentivo do interesse público acerca do patrimônio arqueológico e etnológico, e de suas interpretações. Considera, sobretudo, sítios, registros e acervos que testemunham a presença ameríndia, a escravidão e seus efeitos sociais na região de Pelotas. Para tanto, deve contar com uma estrutura mínima constituída de espaços expositivos de longa e curta duração, setor educativo, laboratório de conservação, além de espaços de acolhimento, convivência e

---

<sup>58</sup> Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter e Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, respectivamente.

<sup>59</sup> Regimento interno é um conjunto de regras estabelecidas por um grupo para regulamentar o seu funcionamento. Podendo ser usado em diversas atividades, nos mais variados campos, seja do Poder Público, seja na iniciativa privada, [...] [http://pt.wikipedia.org/wiki/Regimento\\_interno](http://pt.wikipedia.org/wiki/Regimento_interno) [consultado em 29-06-2014]



pesquisa que permitam integrar ações relativas a distintas formações acadêmicas, e o prematuro contato com as especialidades profissionais características de qualquer museu.<sup>60</sup>

No que tange a Políticas de Aquisição, o Museu da UFPel e o Museu do Doce a possuem prevista em seus regimentos, como também está prevista uma comissão de acervos que tem como finalidade a orientação e fiscalização da política de gestão de acervos das Instituições. O MCNCR não apresenta diretamente propostas de políticas de acervo somente indicações e informações concernentes à entrada, guarda, uso, entre outros, com a finalidade de preservação do acervo, presente no capítulo específico denominado “Do acervo”<sup>61</sup>, porém não formuladas como política, mas como objetivos institucionais. Em relação ao MALG, não encontramos nada referente a uma política de acervos, nem no regimento que nos foi fornecido, e nem através do questionário. Sobre o MUARAN verificamos que a instituição também não possui e como justificativa nos foi relatado que o museu ainda não possui acervo próprio, já que o acervo arqueológico da Universidade encontra-se nos dois laboratórios arqueológicos da UFPel<sup>62</sup>.

Acerca das formas de aquisição e número total de objetos, sobre o MUARAN obtivemos como resposta que o número de objetos é zero, dado que por enquanto são os laboratórios que salvaguardam os acervos arqueológicos da UFPel, e no que diz respeito as formas de aquisição, nos foi informado, que estas ocorrerão através de doações de coleções arqueológicas e por transferência de pesquisas acadêmicas e/ou institucionais. O MALG constituiu seu acervo através de doações e hoje conta com cerca de 3300 peças, última doação somou mil peças em maio do presente ano. O Museu do Doce está constituindo seu acervo através de doações e empréstimos, ainda não há uma estimativa do número total, visto que estão recebendo acervo a pouco tempo e também porque grande parte do acervo ainda é no formato digital. O MCNCR estima ter em torno de 7 mil objetos, em sua maioria insetos, todos adquiridos

---

<sup>60</sup> Questionário enviado, pelo autor, ao prof. Pedro Sanches, na data de 26 de junho de 2014.

<sup>61</sup> Capítulo IV – Do Acervo. Regimento do Órgão Suplementar do MCNCR, 2005.

<sup>62</sup> LEPAARQ e LÂMINA

através de doação. E o Museu da UFPel nos informou que possuem em torno de 500 peças e todas obtidas através de transferência de setor e recolhimento.

A respeito do acervo documentado e do número de registro e marcação dos objetos, podemos observar que: MUARAN tem todos os objetos registrados e marcados, através da documentação arqueológica, o MALG possui 168 obras tombadas, 2119 inventariadas e 1000 obras que foram doadas recentemente (maio deste ano) e ainda não possuem documentação, nem número de registro, o Museu do Doce está iniciando o processo agora, no MCNCR somente a coleção Carlos Ritter possui numeração e instituição não possui livro tomo e o Museu da UFPel possui parcialmente a documentação referente à Coleção Laneira, Odontologia e Desenho.

Na segunda parte do questionário são relacionados itens considerados parte da Documentação Museológica, tendo em vista a essencialidade desta na formulação da política de gestão de acervos. Cabe ressaltar que os documentos arrolados pelo questionário são tidos como básicos para o gerenciamento do acervo, já que a Documentação deve estar voltada e alinhada aos objetivos dos museus de acordo com o contexto diverso das tipologias e acervos. Neste caso, museus como o MCNCR e o MUARAN, que se vinculam a áreas do conhecimento científico que possuem sistema diferenciado de documentação, podem usar seus documentos e metodologias que possam vir satisfazer as necessidades das instituições e/ou que sejam requisitos essenciais, no entanto, também devem ter a documentação museológica, visto que se tratam de instituições museológicas.

Os últimos itens analisados através do questionário (anexo 1) foram os documentos ligados à aquisição, inventário, ficha de entrada, fichas de identificação, fichas de localização, ficha remissiva, ficha de doação, catálogos, documentação de empréstimo e informatização ou banco de dados. Nas instituições onde o questionário foi aplicado, averiguamos que: O MUARAN nos informou que só não possui fichas de entrada e doador, e sobre a ficha

remissiva respondeu que talvez, o MALG possui todos<sup>63</sup> exceto o banco de dados informatizado, mas nos foi informado que a instituição já começou a elaborar um, o Museu do Doce só não possui fichas de localização, ficha remissiva, catálogos e banco de dados informatizado, o MCNCR não possui nenhum dos documentos, exceto o inventário da coleção Carlos Ritter e o Museu da UFPel não possui fichas de localização, ficha remissiva, documentação de empréstimo, no entanto possui catálogo e referente a informatização possui as fotografias digitalizadas e disponíveis através da Fototeca Memória da UFPel<sup>64</sup>.

O que podemos verificar com nosso diagnóstico<sup>65</sup> é que os museus da Universidade ainda carecem de cuidados em relação ao tratamento de seus acervos, claro que entendemos que muitas são as dificuldades de adequação, principalmente pelos museus já instituídos, instituídos antes das leis<sup>66</sup> que preveem políticas que visam a auxiliar e regulamentar essas instituições. Por isso, no próximo subcapítulo faremos algumas sugestões neste sentido.

## **2.7 Proposta para a Política de acervos dos Museus da UFPel**

A proposição de uma política de acervos se dará embasada nos dados coletados, que trazem a luz aspectos das ações de gestão de acervos dos Museus da UFPel, pelos conceitos abordados no primeiro capítulo e baseadas nas recomendações da legislação vigente. A proposta tem como intuito

---

<sup>63</sup> Informação obtida através do questionário.

<sup>64</sup> “A atual Fototeca Memória da Universidade Federal de Pelotas surgiu com o título de Arquivo Fotográfico Memória da Universidade Federal de Pelotas em junho de 2009, como projeto de extensão vinculado ao Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo. Em outubro de 2011 migrou para o Departamento de Museologia, Conservação e Restauro do Instituto de Ciências Humanas, mantendo-se como projeto de extensão continuado, a partir de então vinculado aos Cursos de Museologia, Bacharelado em Conservação e Restauro e Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Foi neste momento que o seu nome mudou para Fototeca em decorrência de sua missão em recolher e sistematizar coleções fotográficas sobre a história da UFPel, tratando-as segundo os princípios da documentação museológica.” [http://www2.ufpel.edu.br/ich/arquivofotografico/?page\\_id=5](http://www2.ufpel.edu.br/ich/arquivofotografico/?page_id=5) [consultado em 01-07-2014]

<sup>65</sup> Tabela com dados coletados (apêndice 1).

<sup>66</sup> Lei Federal 11.904, de 14 de janeiro de 2009, [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm) [consultado em 02-06-2014]  
Decreto n 8.124, de 17 de outubro de 2013, [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm) [acessado em 01-07-2014]

fomentar a otimização da gestão de acervos dos Museus, de forma que esta esteja congregada a uma Política de Acervos que abranja o contexto patrimonial e dos museus, buscando - á nível institucional - a promoção das ações de gestão e de salvaguarda desses acervos.

Neste sentido, podemos propor:

- Manual de documentação museológica (Padronização das ações de documentação)
- capacitação de pessoal
- banco de dados do acervo da UFPel
- proposição de política de acervo para os Museus da UFPel

Vale destacar que para se formular uma eficiente política de acervos, é necessário que a instituição possua documentos básicos, como por exemplo, o Regimento Interno e que neste regimento esteja expressa a missão do museu. Como salienta Bottallo (2010) “em instituições públicas é fundamental padronizar e orientar por meio de normas todos os processos”, bem como ressalta Leal (2003)<sup>67</sup> “Todos os objetos adquiridos devem ser pertinentes a política e atividades propostas, com uma definição clara da necessidade da aquisição, a comprovação legal de toda a transação, e da origem do objeto em questão.”.

Assim, é importante que o museu possua sua missão clara e definida, onde deve constar o que ele pretende e deve colecionar, ou seja, é na missão que a instituição deixa expressa qual é a sua intenção. Definida a sua missão, torna-se mais fácil elaborar uma política de acervos onde devem estar explícitos:

-O que o museu vai colecionar, neste sentido descrevendo o que o museu deve abranger com as suas coleções, definindo as formas de uso das coleções, como por exemplo, coleções para estudo, para exposições, para empréstimos; (Bottallo, 2010, p. 53)

---

<sup>67</sup> LEAL, Nóris. Documentação Museológica. 2003.

-Onde o museu vai colecionar, especificando a região onde esses objetos vão ser adquiridos;

-Como o museu irá colecionar, expondo as formas de aquisição (Política de Aquisição), e a tipologia museológica que pode ser inserida no museu, levando em consideração o potencial da peça para pesquisa, estudo, exposição, deve ser investigada, também, a importância da peça em relação ao seu potencial “estético e/ou histórico, e/ou arqueológico, e/ou etnográfico, e/ou científico, sua importância social, simbolismo e raridade”, tudo isso de acordo com a proposta do museu; (Moro, 1986, p. 20);

-Por que o museu coleciona objetos de determinadas áreas, explicando as escolhas dos museus em relação aos objetos;

-Em quais circunstâncias o museu poderá se desfazer de algum objeto, neste ponto torna-se importante levar em consideração o que está expresso na missão, analisando todos os itens listados acima, no intuito de averiguar com cuidado se objeto a ser descartado é útil ao que o museu se propõe, contribuindo para o que Bottallo (2010) enfatiza “dar ao museu uma característica marcante em relação ao tratamento de suas coleções.”;

Neste sentido, como contribuição deste trabalho, acreditando na importância da existência de uma política de acervos e ancorados no texto *Ética de Aquisições*<sup>68</sup> que salienta:

Qualquer que seja a especialidade ou categoria do Museu, qualquer que seja o lugar em que ele se situe no mundo, certos princípios éticos e de integridade profissional devem ser aplicados por aqueles que são encarregados das aquisições. Isto significa que a origem de todo objeto a ser adquirido, qualquer que seja a sua natureza, deve ser documentado devidamente. Este princípio serve não só para o objeto “artístico”, como também, para o “arqueológico”, “etnológico”, “histórico” ou pertencente às ciências naturais.

---

<sup>68</sup> NASCIMENTO, Rosana. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Curso de Museologia. **Ética de Aquisições**. [http://museologia.mestrados.ulusofona.pt/Textosapoio\\_rosana.htm](http://museologia.mestrados.ulusofona.pt/Textosapoio_rosana.htm) [consultado em 26-06-2014]

Acreditamos ser possível que os museus da Universidade juntos consigam elaborar estratégias e políticas que reconheçam que seus acervos, junto ao seu público, são a sua própria identidade. (LEAL, Noris, 2003, p.2)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho foi possível perceber que os museus da Universidade Federal de Pelotas não apresentam de forma clara informações sobre a política de acervos como documento propriamente dito, ou seja, em nenhuma das instituições pesquisadas encontramos uma política de acervo definida. O que podemos perceber é que em algumas delas existe a proposta, a política está prevista em seu regimento e em outras encontramos informações complementares sobre o trato com os objetos museológicos, mas é só.

Neste sentido, surge uma reflexão acerca disso, do por que as informações encontradas, muitas vezes são tão díspares entre instituições pertencentes a uma única Universidade. O que podemos inferir, talvez seja o fato de que a possível causa esteja na fragmentação administrativa da Universidade, onde existe uma subordinação administrativa, passando por colegiados, departamentos e institutos.

E isto ficou claro na nossa pesquisa onde analisamos, como por exemplo, o Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter e o Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, um vinculado ao Instituto de Biologia e o outro ao Instituto de Artes e Design, respectivamente. Fator que, inclusive, poderá gerar uma nova pesquisa.

No entanto voltando ao foco deste trabalho, poderíamos dizer que uma política de acervo tornar-se-ia efetiva partindo de um órgão centralizador das atividades museológicas, como um departamento de museus ou algo assim.

Toma-se por base de tal proposta, a institucionalização dos Sistemas de Museus<sup>69</sup>, sejam eles Federais, Estaduais ou Municipais, museus que

---

<sup>69</sup> “O Sistema Brasileiro de Museus – SBM, criado pelo decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004, e revogado pelo decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, é um marco na atuação das políticas públicas voltadas para o setor museológico, onde cumpre uma das premissas na Política Nacional de Museus. Sua finalidade é facilitar o diálogo entre museus e instituições afins, objetivando a gestão integrada e o desenvolvimento dos museus, acervos e processos museológicos brasileiros. Além disso, propicia o fortalecimento e a criação dos sistemas

carregam em sua essência a disposição a integrar as ações e políticas para o campo museológico.

No entanto, este trabalho monográfico, de maneira alguma pretende esgotar o assunto relativo à gestão de acervos dos Museus da UFPel. E sim, somar-se ao conhecimento produzido sobre os Museus na esfera do Curso de Museologia da UFPel, colaborando para que as instituições qualifiquem-se ainda mais, repensando o tratamento dos seus acervos e construindo novas possibilidades.



## FONTES PRIMÁRIAS

**Acervo do Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter** ; 2008-2012/ organizador, José Eduardo Figueiredo Dornelles – Pelotas: Ed. E gráfica da UFPel, 2012. 143 p. 3 edição.

**Estatuto dos Museus, Lei 11 904, da presidência da República.**

**Decreto 8124, da presidência da República, que regulamenta o Estatuto de Museus.**

LACERDA, Cláudia Fontoura. **História da conservação e restauro: estudo sobre o restauro das obras de Leopoldo Gotuzzo na década de 80 em Pelotas, RS, 2013. 102 fs.** Monografia (graduação) Curso de Bacharelado em Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis. Universidade Federal de Pelotas.

**Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter**  
<http://www2.ufpel.edu.br/ib/mhncr/historico.htm> [consultado em 15-06-2014]  
Projeto expográfico: do Sal ao Açúcar, um doce olhar sobre pelotas, 2013.

**O Museu do Saber e do Fazer: Arte e ciência em ações educativas do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo**, Universidade Federal de Pelotas/ orgs. Francisca Ferreira Michelin, Douver Michelin, Chanaísa Melo. –Pelotas: Ed. Da Universidade Federal de Pelotas, 2012.

**Programa Implantação do Museu de Arqueologia e Antropologia da UFPel.** Edital para seleção de bolsistas de extensão e cultura PROEXT 2014. Disponível no sítio da Universidade Federal de Pelotas: <http://ccs2.ufpel.edu.br/wp/wp-content/uploads/2014/04/Edital-para-selecao-de-bolsista-MUSEU-ARQUEOLOGICO.pdf>. [Consultado em 16/06/2014].

**Projeto expográfico:** do Sal ao Açúcar, um doce olhar sobre Pelotas. 2013  
Regimento Interno do Museu do Doce da Universidade Federal de Pelotas, 2011.

Regimento Interno do Museu da Universidade Federal de Pelotas, 2011.

Regimento do Órgão Suplementar Museu de Ciências Naturais “Carlos Ritter”, 2005.

Regimento do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo.

ROCHA, Maria Consuelo Sinotti. Monografia **“MUSEU DE ARTE LEOPOLDO GOTUZZO: contribuição e integração com o ensino de Arte através de seu setor Educacional”**. Pelotas/RS, 2010.

SANCHES, Pedro Luís M. D., *et al.* **A CRIAÇÃO COMPARTILHADA DO FUTURO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA DE PELOTAS: apontamentos preliminares**. Congreso Extensión y Sociedad 2013, eje 11: “Patrimonio: Co-construcción y gestión desde una perspectiva integral, p.1”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT NEVES, José. **A pesquisa como cultura institucional: Objetos, política de aquisição e identidade nos museus brasileiros.** Museu Instituição e Pesquisa, MAST, RS. 2005.

BARBUY, Heloísa. IN: MAST Colloquia, Vol. 10, **Documentação em Museus.** 2008, p. 33-42.

BOTTALLO, Marilúcia. IN: FELIX, I; PAZIN, M. (Ed.). **Documentação e conservação de acervos museológicos: diretrizes.** São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura; Brodowski: ACAM Portinari, 2010. p. 48-74.

CAMARGO-MORO, Fernanda. **Museu: Aquisição-Documentação.** Livraria Eça Editora, Rio de Janeiro, 1986.

CÂNDIDO, Manuelina. **O Papel do Planejamento nos Pequenos Museus D.** Revista Memória em Rede, Pelotas, v.4, n. 10, Jan/Jun. 2014.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Gestão de Museus, Diagnóstico Museológico e Planejamento, Um desafio Contemporâneo.** Ed. Medianiz.

COSTA, Carlos. Proposta de instrumento documental museológico complementar para coleções arqueológicas do MAE-UFBA. **Revista eletrônica Jovem Museologia: Estudos sobre museus, Museologia e Patrimônio.** v.2. n.4 p.4-23. 2007.

CORRUCHAGA, LASHERAS J. A. **Conocer, reconocer. Acceder, ceder.** Centro Nacional de Investigación y Museo de Altamira. Museo N° 2, |997: 281-286.

EDSON, Gary. IN: UNESCO. **Como gerir um museu: manual prático.** Paris – França: ICOM/UNESCO, p. 145-159, 2004.

FABBRI, A.; MACHADO, C. IN: FELIX, I; PAZIN, M. (Ed.). **Documentação e conservação de acervos museológicos: diretrizes**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura; Brodowski: ACAM Portinari, 2010. p. 26-29.

ICOM, Código de ética para Museus, Disponível em [http://icom.museum/fileadmin/user\\_upload/pdf/Codes/Lusofono2009.pdr](http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Codes/Lusofono2009.pdr)  
Acessado em 14 Mai. 2014

LADKIN, Nicola. IN: UNESCO. **Como gerir um museu: manual prático**. Paris – França: ICOM/UNESCO, p. 17-32, 2004.

LEAL, Nóris. Documentação Museológica. 2003.

NASCIMENTO, Rosana. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Curso de Museologia. **Ética de Aquisições**. [http://museologia.mestrados.ulusofona.pt/Textosapoio\\_rosana.htm](http://museologia.mestrados.ulusofona.pt/Textosapoio_rosana.htm) [consultado em 26-06-2014]

RÚSSIO, Waldisa. Museus, Museologia, Museólogos e Formação. **Revista de Museologia**, São Paulo, n.1, p. 7-11.

STRÁNSKÝ, Zbynek Z. **Política corrente de aquisição e adaptação às necessidades de amanhã**. Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura/IBPC, Cadernos Museológicos n° 2 (dezembro de 1989), p. 94-98.

**Anexo 1: Questionário**

## Seção de Museus, Acervos e Patrimônio Imaterial - NPC - PREC

Data da entrevista:

Entrevistador:

Responsável pelas informações do Museu:

Data da criação do Museu:

Número da Portaria de Criação do Museu:

O Museu possui regimento?

Qual a Missão do Museu?

O Museu Possui uma política de aquisição, escrita?

Como foi/será constituído o acervo?

Qual a forma de aquisição do acervo?

Qual o número total de objetos?

O acervo esta todo documentado?

Se não, qual a porcentagem de objetos registrados e documentados?

Possui

- Documentos de aquisição;
  - Inventário;
  - Ficha de Entrada;
  - Fichas de identificação;
  - Fichas de localização;
  - Ficha remissiva;
  - Ficha de doador;
  - Catálogos;
  - Documentação de empréstimo;
  - Informatização/banco de dados;
- Os objetos possuem número de registro e estão marcados?

(coletar exemplos de fichas, copiar os itens que fazem parte do inventário)

## Apêndice 1: Tabela com o diagnóstico.

	<b>MUARAN</b>	<b>MALG</b>	<b>Museu do Doce</b>	<b>MCNCR</b>	<b>Museu da UFPel</b>
<b>Situação atual</b>	-Projeto em Implantação; -Atividades diversas;	-Aberto ao público; exposições de média e longa duração;	-Aberto ao público para visitação da casa; e atividades culturais diversas;	-Aberto ao público;	-Projeto de implantação; -Atividades de extensão;
<b>Data da criação do Museu</b>	-Projeto de implantação cadastrado em setembro de 2008; portaria reconhecendo a comissão de implantação em maio de 2009.	07/11/1986	30/12/2011	1970	06/09/2011
<b>Regimento</b>	Não. A primeira versão do regimento será apresentada no próximo dia 8 de julho.	Possui, em desenvolvimento;	Possui	Possui desde 2005	Possui
<b>Missão</b>	Possui	Possui	Possui	Não possui	Possui
<b>Política de Aquisição</b>	Não possui	Não possui	Está prevista em seu regimento;	Não possui	Está prevista em seu regimento; não existe

			não existe como documento em separado;		como documento em separado;
<b>Constituição do acervo</b>		-Coleção Gotuzzo, Coleção Trápaga Simões, Coleção João Gomes de Mello, Coleção (Ex) Antigos Alunos, Coleção Século XX e Coleção Século XXI;	-Histórias de vida e relatos; -Receitas dos fazeres doces; -Notícias de jornal;	Coleções: acervo ornitológico, acervo herpetológico, acervo mastozoológico, acervo malacológico, acervo paleontológico, acervo aracnológico e acervo entomológico.	
<b>Forma de aquisição do acervo</b>	“-endosso às pesquisas de campo acadêmicas, doação de coleções arqueológicas de interesse científico, ou por endosso institucional a pesquisas promovidas por outrem”;	Doação;	- Doação e empréstimo;	Doação	Transferência de unidades; Recolhimento ;
<b>Acervo documentado</b>	-Quase toda com a	Ainda não, eles possuem 168	- Em fase de	-Parcialmente (coleção	-Parcialmente Documentada

	documentação arqueológica atualizada;	obras tombadas, 2119 inventariadas e 1000 peças que foram doadas recentemente e que ainda precisam ser inventariadas;	constituição do acervo;	Ritter) - Ausência de livro tombo.	s: Coleção Laneira, Odontologia e Desenho;
<b>Número de registro e marcação</b>	-Possui	-Possui	-Não possui, o acervo está sendo constituído	-numerados, somente a coleção Carlos Ritter;	- Parcialmente; Documentadas Coleção Laneira, Odontologia e Desenho;
<b>Tipos de documentos :</b>					
<b>Documentos de aquisição</b>	Possui	Possui	Possui	Não possui	Possui
<b>Inventário</b>	Possui	Possui	Possui	Não possui, apenas parte da Coleção Carlos Ritter	Possui
<b>Ficha de Entrada</b>	Não Possui	Possui	Possui	Não possui	Possui
<b>Fichas de identificação</b>	Possui	Possui	Possui	Não possui	Possui
<b>Fichas de localização</b>	Possui	Possui	Não possui	Não possui	Não possui
<b>Ficha remissiva</b>	Talvez	Possui	Não possui	Não possui	Não possui
<b>Ficha de doação</b>	Possui	Possui	Possui	Não possui	Possui
<b>Catálogos</b>	Possui	Possui	Não possui	Não possui	Exposição



<b>Documentação de empréstimo</b>	Possui	Possui	Possui	-Não possui; -Não são realizados empréstimos;	Não possui
<b>Informatização/ Banco de Dados</b>	Possui	Não possui, estão começando a fazer;	Não possui	Não possui	-Não possui; -Fotográfica (Fototeca Memória da UFPel)

**\*Informações obtidas através do questionário (anexo 1) junto aos responsáveis pelas instituições.**